



Prefeitura de Lauro de Freitas - BA  
Assistente Social

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos (ficcionais e/ou não ficcionais);.....	1
Gêneros discursivos e tipologia textual;.....	2
Ortografia .....	6
Acentuação.....	7
Pontuação .....	8
Formação de palavras. ....	13
Léxico: adequação no emprego das palavras. Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais; as palavras de relação;.....	18
Morfossintaxe .....	25
Estrutura do período, da oração e da frase; .....	28
Concordância nominal e verbal;.....	36
Regência nominal e verbal; .....	38
Colocação pronominal;.....	41
Formas de tratamento (usos e adequações);.....	42
Noções de fonética; Noções de prosódia;.....	45
Estrutura do parágrafo. ....	49
Coesão e coerência textuais; .....	50
Estilística: denotação e conotação;.....	51
Figuras de linguagem.....	52
Níveis de linguagem. ....	57
Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia e figuras de linguagem.....	59
Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição, revista, atualizada e ampliada).....	59
Exercícios .....	77
Gabarito.....	92

## INFORMÁTICA BÁSICA E APLICADA

Informática básica .....	1
Hardwares e periféricos.....	3
Windows 10: painel de controle.....	9
Microsoft Office 365: Word, Excel, PowerPoint, Outlook .....	25

# SUMÁRIO



Internet. Intranet Browsers. Sites de busca.....	46
Correio eletrônico.....	55
Backup: conceitos básicos, tipos, dispositivos e ferramentas, unidades de medida de armazenamento, compactação de arquivos.....	58
Vírus e programas maliciosos: conceitos básicos, tipos, ações preventivas/corretivas e softwares de segurança digital.....	62
Exercícios.....	77
Gabarito.....	82

## CONHECIMENTOS GERAIS EM SAÚDE

Sistema Único de Saúde (SUS) – princípios, diretrizes e arcabouço legal (Constituição Federal, Leis Orgânicas da Saúde: 8.080/1990 e 8.142/1990 e alterações posteriores.....	1
Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e alterações posteriores,).....	24
Redes de Atenção à Saúde no âmbito do SUS. ....	21
Controle social no SUS. ....	32
Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde.....	35
Determinantes sociais da saúde. ....	40
Sistemas Nacionais de informação em saúde. ....	41
Legislação sobre Consórcios: Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e alterações posteriores.....	46
Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e alterações posteriores. ....	51
Controle social no SUS.....	63
Política Nacional de Humanização do SUS. ....	63
Exercícios.....	79
Gabarito.....	83

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Constituição Federal: art. 37 a 40.....	1
Lei orgânica do Município de Lauro de Freitas (Lei nº 20, de 22 de julho de 2020 e alterações posteriores).....	10
Estatuto e plano de carreira e remuneração do Magistério Público do Município de Lauro de Freitas (Lei nº 1.375, de 23 de junho de 2010 e alterações posteriores).....	55
Poderes administrativos.....	82
Princípios norteadores dos Serviços Públicos.....	93
Processo Administrativo.....	111
Atos administrativos.....	122
Lei da improbidade administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992).....	140
Crimes contra Administração pública.....	155
Exercícios.....	172
Gabarito.....	176



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Serviço Social na contemporaneidade. ....	1
Debate teórico-metodológico, ético-político e técnicooperativo do Serviço Social e as respostas profissionais aos desafios de hoje. ....	2
Condicionantes, conhecimentos, demandas e exigências para o trabalho do serviço social no Serviço Público. ....	2
A família e o serviço social. ....	3
Administração e planejamento em serviço social. ....	4
Atuação do assistente social em equipes interprofissionais e interdisciplinares. ....	19
Assessoria, consultoria e serviço social. ....	32
Saúde mental, transtornos mentais e o cuidado na família. ....	42
Responsabilidade social: Conceitos, referenciais normativos e indicadores. ....	42
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e suas alterações posteriores (Lei Orgânica da Assistência Social). ....	48
Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 e alterações (Organização da Assistência Social). ....	65
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). ....	72
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e suas alterações posteriores (Estatuto da Pessoa com Deficiência). ....	142
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e suas alterações posteriores (Estatuto da Pessoa Idosa). ....	173
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 e suas alterações posteriores (Lei Maria da Penha). ....	192
Pesquisa social. ....	204
Elaboração de projetos, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas. ....	204
Planejamento de planos, programas e projetos sociais. ....	210
Avaliação de programas sociais. ....	211
Abordagens de questões sociais como: extrema pobreza, fome, desnutrição, problemas familiares, abandono, violência doméstica, negligência, pedofilia, habitação inadequada, trabalho infantil, alcoolismo, drogas, exploração sexual e exclusão social....	213
Regulamentação da Profissão e Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 e suas alterações posteriores). ....	218
Exercícios. ....	222
Gabarito. ....	227

# SUMÁRIO



Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

### Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

### Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

### Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

### Gêneros Discursivos

**Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.



A palavra informática é derivada do francês informatique, a partir do radical do verbo francês informer, por analogia com mathématique, électronique, etc.

Em português, podemos considerar a união das palavras informação + automática, ou seja, a informação sendo processada de forma automática.

Existem ainda pontos de vista que consideram “informática” união dos conceitos “informação” e “matemática”.

O conceito de Informática, apesar de ser amplo, em termos gerais, pode ser definido como a ciência cujo objetivo é o tratamento da informação, estudando seus meios de armazenamento, transmissão e processamento em meios digitais, tendo como seu principal instrumento realizador, o equipamento eletrônico chamado computador, dispositivo que trata estas informações de maneira automática, que armazena e processa essas informações.

O termo computação tem origem no vocábulo latim computatio, que permite abordar a noção de cômputo enquanto conta, mas é geralmente usada como sinônimo de informática. Sendo assim, podemos dizer que a computação reúne os saberes científicos e os métodos.

A informática hoje em dia se aplica a diversas áreas de atividade social, como por exemplo, aplicações multimídia, jogos, investigação, telecomunicações, robótica de fabricação, controle de processos industriais, gestão de negócios, etc., além de produzir um custo mais baixo nos setores de produção e o incremento da produção de mercadorias nas grandes indústrias.

Com o surgimento das redes mundiais (internet - a rede das redes), a informação é vista cada vez mais como um elemento de criação e de intercâmbio cultural altamente participativo.

### **Os Componentes Básicos de um Computador<sup>1</sup>**

A função de um computador é processar dados. Para processá-los é preciso movê-los até a unidade central de processamento, armazenar resultados intermediários e finais em locais onde eles possam ser encontrados mais tarde para controlar estas funções de transporte, armazenamento e processamento. Portanto, tudo que um computador faz pode ser classificado como uma destas quatro ações elementares: mover dados, processar, armazenar, e controlar estas atividades. Por mais complexas que pareçam as ações executadas por um computador, elas nada mais são que combinações destas quatro funções básicas:

- **Mover dados:** é executada através do fluxo da corrente elétrica ao longo de condutores que ligam os pontos de origem e destino e não depende de elementos ativos.

- **Controle:** são igualmente executadas através de pulsos de corrente, ou “sinais”, propagados em condutores elétricos (estes pulsos são interpretados pelos componentes ativos, fazendo-os atuar ou não dependendo da presença ou ausência dos sinais).

Portanto estas duas funções, transporte e controle, para serem executadas só dependem da existência de condutores elétricos (fios, cabos, filetes metálicos nas placas de circuito impresso, etc.) e não exigem o concurso de componentes ativos.

- **Processar:** consiste basicamente em tomar decisões lógicas do tipo “faça isso em função daquilo”. Por exemplo: “compare dois valores e tome um curso de ação se o primeiro for maior, um curso diferente se ambos forem iguais ou ainda um terceiro curso se o primeiro for menor”. Todo e qualquer processamento de dados, por mais complexo que seja, nada mais é que uma combinação de ações elementares baseadas neste tipo de tomada de decisões simples. O circuito eletrônico elementar capaz de tomar decisões é denominado “porta lógica” (logical gate), ou simplesmente “porta”.

- Apresentação (realce de pontos-chaves, demonstração);



## Conhecimentos gerais em saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.

Fernando Collor de Mello foi responsável pela sanção das leis que promoviam a criação e a organização do SUS.

\*OBSERVAÇÃO: Recomenda-se a leitura na íntegra da Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ambas da Constituição Federal

**Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 da Constituição Federal:** Também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, traz em seu texto original: “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em referência a essa lei, os objetivos do SUS consistem em identificar fatores determinantes da saúde, formular políticas destinadas a promover nos âmbitos econômico e social, condições para pleno exercício da saúde e aplicar ações assistenciais de proteção, promoção e recuperação com enfoque em atividades preventivas.

Além disso, determina atribuições do SUS voltadas para a vigilância sanitária e epidemiológica, participação ativa em estratégias em saneamento básico e o desenvolvimento técnico-científico, com o intuito de ampliar as atribuições sob responsabilidade dos órgãos gestores do SUS, como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde.

**Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 da Constituição Federal:** É o resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde. Traz em seu texto original o objetivo: “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

A partir da criação dessa lei, foram criados também os Conselhos e as Conferências de Saúde, que são de extrema importância para o controle social do SUS. Os Conselhos de Saúde foram constituídos afim de fiscalizar, formular e promover ações deliberativas acerca das políticas de saúde.

Em seu texto, traz que a Conferência de Saúde é um espaço voltado para discussões sobre as políticas de saúde em todas as esferas governamentais, acontecendo de maneira ordinária a cada 4 anos em formato de fórum de discussão afim de avaliar e propor mudanças e novas políticas de saúde. Dentre as conferências nacionais, a mais importante que já aconteceu até os dias atuais foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que ficou conhecida como o pontapé inicial para a inclusão da saúde no âmbito legislativo do país.

Por fim, determina que a representação dos usuários do SUS dentro desses conselhos e conferências deve ser paritária em relação aos demais seguimentos, em outras palavras, 50% dos representantes devem ser usuários do SUS.



## — Administração pública

### Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

<b><u>SENTIDO SUBJETIVO</u></b>	<b><u>Sentido amplo</u></b> {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
<b><u>SENTIDO SUBJETIVO</u></b>	<b><u>Sentido estrito</u></b> {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
<b><u>SENTIDO OBJETIVO</u></b>	<b><u>Sentido amplo</u></b> {função política e administrativa}.
<b><u>SENTIDO OBJETIVO</u></b>	<b><u>Sentido estrito</u></b> {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

**a. Fomento:** É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

**b. Polícia administrativa:** É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

**c. Serviço público:** resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

Pesquisas têm mostrado que os resultados obtidos numa série têm pouca relação com o desempenho em séries posteriores.



O Brasil apresenta hoje, em termos quantitativos, o segundo corpo profissional de assistentes sociais no mundo, superado apenas pelo contingente de profissionais dos Estados Unidos da América. A enorme expansão das universidades privadas, de cunho empresarial, que se verificou a partir de 1997, é muito responsável pelo grande crescimento da categoria profissional nos últimos dez anos<sup>1</sup>.

Desde a sua origem, a formação do assistente social teve nível universitário no Brasil e, já na entrada dos anos 1960, estava regulamentada a profissão, ou seja: o Estado, mediante diplomas legais, estabeleceu os requisitos, as funções, atribuições e direitos dos profissionais de Serviço Social, criando as autarquias responsáveis pelo controle do exercício profissional, o então Conselho Federal de Assistentes Sociais/CFAS, mais ou menos equivalente, em Portugal, às ordens dos médicos e dos advogados, com suas delegações regionais, os então Conselhos Regionais de Assistentes Sociais/CRAS.

Esta organização legal da profissão foi alterada em 1993, com uma nova Lei de Regulamentação da Profissão, vigente até hoje e que atende aos interesses da categoria profissional; por esta lei, o CFAS e os CRAS foram transformados no sistema Conselho Federal de Serviço Social-Conselhos Regionais de Serviço Social/CFESS-CRESS. Mas a organização dos assistentes sociais brasileiros estende-se para além do sistema CFESS/CRESS.

Ademais da existência de um pequeno número de sindicatos profissionais, reunidos na Federação Nacional dos Sindicatos de Assistentes Sociais/FENAS, duas importantes entidades articulam as relações institucionais da categoria profissional: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social/ENESSO, vinculada à União Nacional dos Estudantes/UNE.

A ABEPSS, cujas origens remontam aos anos 1940, é constituída por docentes de cursos de Serviço Social e ela livremente associados e é o espaço institucional em que se discutem e se formulam as orientações gerais para a formação profissional; e, neste âmbito, a ABEPSS é reconhecida pelo Ministério da Educação como o interlocutor legal para os assuntos universitários. Quanto à ENESSO, é a representação nacional dos estudantes de Serviço Social nos fóruns acadêmicos e políticos da categoria profissional.

Por outra parte, é de destacar o papel da pós-graduação no Serviço Social brasileiro. Surgindo no início dos anos 1970, os cursos de pós-graduação consolidaram-se a partir de meados dos anos 1980, seja em nível de mestrado, seja em nível de doutorado. Oferecidos hoje, especial, mas não exclusivamente, nas universidades públicas, constituem o mais desenvolvido sistema de pós-graduação da América Latina, com amplos intercâmbio e reconhecimento internacionais.

A ênfase na investigação levou as agências nacionais de fomento à investigação a conferirem ao Serviço Social o status de área de produção de conhecimento, com financiamento sistemático por parte do governo; e a ABEPSS dispõe de um organismo voltado especificamente para a política de investigação, o Centro de Pesquisa em Serviço Social e Política Social/ CEDEPSS, que a cada dois anos promove os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social/ENPSS. Não é casual, portanto, o grande volume de livros, periódicos acadêmicos e revistas profissionais que circulam no Brasil, onde há várias editoras especializadas na divulgação de materiais do Serviço Social.

CFESS, CRESS, ABEPSS, CEDEPSS e ENESSO têm direções eleitas por voto direto e com mandatos de três anos. Sem prejuízo da sua autonomia e de suas iniciativas próprias, elas funcionam de modo articulado.

Apesar do seu relevante desenvolvimento nos últimos trinta anos, o Serviço Social brasileiro confronta-se hoje não apenas com sérios desafios, confronta-se com verdadeiros dilemas, cuja solução demandará esforços coletivos e muita imaginação criadora, além de condições sócio-políticas favoráveis. De qualquer forma, nos círculos internacionais, nos últimos anos, o Serviço Social brasileiro deixou de ser um fenômeno do chamado Terceiro Mundo, tornou-se um interlocutor expressivo do diálogo mundial do Serviço Social.

É esta inserção diferenciada do Serviço Social brasileiro no debate internacional da profissão que justifica o interesse que tem despertado o seu projeto ético-político profissional.

### O que é educação?

Usualmente na cultura ocidental pretende-se cuidar do intelecto, sem qualquer relação com as funções vitais, teorias de aprendizagem que distinguem um saber/fazer repetitivo do saber/dinâmico, privilegiando o repetitivo.

<sup>1</sup> Netto, José Paulo. O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. Lusíada. Intervenção Social, Lisboa, n.º 42/45 (2º semestre de 2013 a 1º semestre de 2015).